



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA TOCANTINA – FACHTO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ODERLAN DE ABREU MARTINS

**MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES NAS TRADIÇÕES E MODO DE VIDA DA
COMUNIDADE DE ARAQUEMBAUA – BAIÃO/PA**

CAMETÁ-PA

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS CAMETÁ
FACULDADE DE HISTÓRIA DO TOCANTINS/FACHTO**

ODERLAN DE ABREU MARTINS

**MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES NAS TRADIÇÕES E MODO DE VIDA DA
COMUNIDADE DE ARAQUEMBAUA – BAIÃO/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de História da Amazônia Tocantina (FACHTO) do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

CAMETÁ-PA

2021

ODERLAN DE ABREU MARTINS

**MUDANÇAS E TRANSFORMAÇÕES NAS TRADIÇÕES E MODO DE VIDA DA
COMUNIDADE DE ARAQUEMBAUA – BAIÃO/PA.**

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Benedita Celeste de Moraes Pinto
FACHTO/PPGEDUC-UFPA-Cametá
Orientadora**

**Prof.^a M.^a Fernanda Nilvea Pompeu Varela
FAL/UFPA
Avaliadora**

**Prof.^a Dr.^a Tatiane do Socorro Correa Teixeira
SEDUC/FAM-Igarapé Miri
Avaliadora**

CAMETÁ, PARÁ

2021

Aos meus pais, António Odon Rocha Martins e Aderzira de Abreu Martins, que sempre me instruíram a seguir pelos caminhos da educação e que apesar das inúmeras dificuldades não poupam esforços para me incentivar a realizar meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Para fechar este ciclo é necessário agradecer a todos que me guiaram durante esta jornada, seja com palavras amigas, com abraços nos momentos mais difíceis ou compartilhando risadas e afeto. Foram quase 05 anos de muita luta, houve momentos em que desistir seria a opção mais fácil, porém nem sempre o fácil é o certo, e agradeço aqueles que me fizeram compreender isso.

A minha querida e amada mãe, Aderzira de Abreu Martins, que desde quando me abrigou em seu ventre me amou incondicionalmente. Mãe, obrigado por todos os concelhos, puxões de orelha e por sempre sonhar para que eu pudesse ter o melhor, por acreditar em mim todos os dias e por vibrar por cada conquista minha, que na verdade são nossas. Seus esforços e sua dedicação para minha educação estão dando frutos, e estes são inteiramente dedicados a você.

Ao meu amado pai Antônio, Odon Rocha Martins, por me ensinar o valor da honestidade e do caráter, por me ensinar que o trabalho digno, seja qual for, enriquece nossa alma. E através do cabo da enxada me proporcionar uma vida honrada. Agradeço por cada gota de suor que escorreu na sua testa para me dar o sustento do dia a dia. Hoje, posso dizer que valeu a pena, que podes sentir orgulho do seu filho, do mesmo modo que sinto por você.

Ao meu irmão caçula, Gabriel de Abreu Martins, que para além de irmão sempre foi e ainda é um grande amigo desde o dia que nasceu. Obrigado por todos os momentos de cumplicidade de alegria e afeto que foram essenciais nos momentos de aperto.

Aos meus irmãos, Rogerio e Odenira Martins, pelo carinho e pelo afeto, pelos momentos fraternos.

Agradeço a Prof^a. Dr^a. Benedita Celeste de Moraes Pinto por ter aceitado me orientar nesta jornada, pelas indicações de leituras e contribuições para o aprimoramento do presente estudo.

Externo ainda meu agradecimento aos professores, professoras e funcionários da Faculdade de História da Amazônia Tocantina (FACHTO), por todo apoio e contribuições ao longo do Curso de História, que alicerçaram a minha formação profissional.

A coordenação do Campus Universitário do Tocantins pela luta incansável para ofertar cursos de graduação em Cametá e nas cidades vizinhas, onde este Campus possui polos

Universitário, como é o caso de Baião, Mocajuba, Limoeiro e Oeiras do Pará, possibilitando a entrada de estudantes quilombolas, indígenas e ribeirinhos da região.

A Henrique Daniel, por desde a matrícula do curso esteve ao meu lado me incentivando e me dando forças para seguir adiante. Agradeço por todas as palavras, abraços e principalmente pelo afeto que me sustentaram durante este ciclo que agora se encerra.

Aos meus fies amigos, Mateus da Silva e Micele Silva, que ao longo do Curso de Licenciatura em História foram minha família, sempre dispostos a ajudar dentro das suas possibilidades, sem amizade de vocês não sei se teria chegado até este momento, tenho orgulho da amizade que construímos através dos anos e quero tê-los sempre por perto. Obrigado por tudo, pretos!

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
CAPÍTULO 1	
ESCRAVIDÃO, RESISTÊNCIA E LUTA.....	18
1.1- FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA.....	19
1.2- COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA.....	25
CAPÍTULO II	
OS SABERES TRADICIONAS NA COMUNIDADE DE ARAQUEMBAUA....	34
2.1.SABERES TRADICIONAIS E O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS.....	35
2.1.1 SABERES NO USO DAS PLANTAS MEDICINAIS.....	37
2.2 SABERES NOS MODO DE SUBSISTENCIA E NOS HABITOS ALIMENTARES.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	53

RESUMO

O presente trabalho tem como lócus de pesquisa a Comunidade Quilombola de Araquembaua, localizada no município de Baião, no Estado do Pará, tendo como objetivo analisar e compreender saberes tradicionais e práticas cotidianas dos habitantes da comunidade quilombola de Araquembaua, no município de Baião/PA, buscando entender as mudanças que estão ocorrendo no modo de vida e nas tradições culturais dos habitantes dessa comunidade. Assim como, fazer a reconstituição histórica dessa comunidade, no sentido, que possibilite a compreensão de como estão ocorrendo tais mudanças. Para realização da pesquisa foram utilizadas fontes orais obtidas através de entrevistas semiestruturadas e posteriormente transcritas, além de fontes imagéticas e escritas. Metodologicamente, para este estudo foram utilizadas fontes bibliográficas que dialogam com a pesquisa, como: SALLES (1988), TRECANNI (2006), ALMEIDA (1988), PINTO (2001, 2007), GOMES (2006), entre outros. Assim como, foram realizadas pesquisa de campo visando conhecer melhor o cotidiano da comunidade em estudo. E assim, estabelecer contatos com os seus moradores para identificar seus hábitos e modo de vida, quando foram estabelecidos contatos prévios com as famílias para esclarecimento dos objetivos da pesquisa. Nestas condições, a coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, nas quais se interrogou-se sobre aspectos culturais da comunidade, se houveram mudanças nas tradições, no modo de vida, e nos saberes tradicionais da comunidade. Para a realização das entrevistas foram necessárias adotadas medidas de proteção devido a pandemia da Covid-19, uma vez que os entrevistados são idosos e estão no grupo de risco. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas mantendo distância de segurança para evitar o risco de contágio. As entrevistas foram presenciais, pois os participantes não dispõem de outras formas de contato como redes sociais ou mesmo aparelho celular. Dados da pesquisa apontam que as práticas e saberes tradicionais da comunidade de Araquembaua foram se modificando e se adequando as necessidades das gerações que emergem, e que os mais velhos, guardiões desses saberes, continuam repassando esse saber para as gerações mais novas.

PALAVRAS- CHAVE: História, Saberes Tradicionais, Práticas Cotidianas, Mudanças, Quilombo de Araquembaua.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como lócus de estudo a Comunidade Quilombola de Araquembaua, localizada no município de Baião, no Estado do Pará, tendo como objetivo analisar e compreender saberes tradicionais e práticas cotidianas dos habitantes da comunidade quilombola de Araquembaua, no município de Baião/PA, buscando entender as mudanças que estão ocorrendo no modo de vida e nas tradições culturais dos habitantes dessa comunidade. Assim como, fazer a reconstituição histórica dessa comunidade, no sentido, que possibilite a compreensão de como estão ocorrendo tais mudanças.

Sem dúvidas, as Comunidades quilombolas no Brasil tem suas especificidades culturais e sociais, além disso essas comunidades possuem uma variedade de conhecimentos sobre diversos aspectos naturais, e utilizam esse conhecimento para suprir suas necessidades e para construir um cosmo de relações que permeiam a vida desses sujeitos.

Assim sendo, no campo científico, busca-se contribuições com os surgimentos de novas pesquisas a respeito dessas comunidades, e desta forma contribuir com a literatura já existente. No caso das Comunidades quilombolas, também busca-se contribuir no que diz respeito aos registros das suas histórias de constituição, como é o caso da formação histórica de Araquembaua, no município de Baião, e através disso possibilitar com que as novas gerações também saibam de suas origens.

Visto que, que nos dias de hoje, histórias, saberes e modos de vida estão nos relicários de memórias e experiências de vida dos moradores mais velhos dessa comunidade, que infelizmente, não viverão para sempre. Enquanto, a grande maioria dos jovens desconhecem muitas dessas histórias, não sabem ou tem muitas dúvidas sobre as origens da vila. Motivo pelo qual, também, se almeja, com este trabalho, encorajar novos estudos sobre a respeito de questões culturais, tradições e modos de vida das comunidades quilombolas, tendo em vista que ainda são poucas as pesquisas voltadas para essa população que historicamente é deixada a margem da historiografia.

O interesse pelo presente estudo surgiu em consequência das minhas vivências e reflexões entre os habitantes dessa comunidade remanescente de quilombo, a partir de inúmeras viagens que fiz nessa comunidade, que possibilitaram ter contato com os seus moradores e suas histórias. Tais contatos e interações me permitiram perceber, através das histórias contatadas e lembradas possíveis mudanças ao longo do tempo nos seus costumes, crenças e modo de vida em geral. No mesmo sentido, algumas leituras feitas nas aulas nas disciplinas do curso de

História, também me instigaram a conhecer melhor como se deu o processo de resistência a escravidão, assim como, a história do negro na Amazônia.

A vila de Araquembaua, está localizado em Baião, um dos municípios da região do Baixo Tocantins, no Pará, com maior número de comunidades quilombola tituladas, o qual apresenta um vasto campo de pesquisas a serem desenvolvidas. A cidade de Baião, sede do município do mesmo nome, está situada na mesorregião do Baixo Tocantins (Rio que corta a região), na microrregião de Cametá, podendo ser acessada pela PA-151 e pelo Rio Tocantins. A distância da capital paraense pela estrada é em torno de 265 quilômetros. Possui uma área de 3202,339 km², com altitude de 30 m; clima tropical quente e sub seco, com chuvas de dezembro a abril, sendo a temperatura média anual de 27 °C. A economia está baseada no comercio, atividade extrativista com a produção de pimenta do reino, cacau mandioca, açaí, além da psicultura e extração de madeira. A população do município tem cerca de 46.416 habitantes (IBGE, 2018).

A comunidade quilombola de Araquembaua está localizada na margem esquerda do Rio Tocantins, a 30 quilômetros do município de Baião (hidrovia) podendo ser acessada também pela Br-422. Esta comunidade quilombola possui mais de 200 famílias, que tem como principal modo de substância a caça, pesca e agricultura. Em 2004 Araquembaua recebeu oficialmente o título da terra, passando a ser reconhecida legalmente como Comunidade remanescente de quilombo.

A microrregião de Cametá, que compreende os municípios de Abaetetuba, Cametá, Igarapé Miri, Baião e Oeiras do Pará, existiram vários focos de resistências negras contra o processo escravista. Segundo Gomes (2006), esses locais eram vistos com um olhar de preocupação pelas autoridades devido as inúmeras fugas, que ocorriam e assim como, a instalação de mocambos desde os séculos XVIII (GOMES, 2006). Ainda segundo Gomes, a migração de alguns destes povos desde o século XIX foi marcada pelo conflito e por perseguições das expedições que tinham como objetivo a reescravidão desses sujeitos assim também como ataques indígenas que estavam em constante migração nesta região (GOMES, 2006).

E desta forma, povoados rurais na microrregião de Cametá, segundo Pinto (2002), são marcados pela presença de vários quilombos, dos quais muitos foram descobertos e destruídos, outros permaneceram escondidos e nunca foram descobertos. Os quilombolas ameaçados de uma possível “reescravidão” se refugiavam dentro das florestas, rios e igarapés e assim organizam novos mocambos, como ocorreu na região de Baião, Cametá e Mocajuba

(PINTO, 2002). Sem sombras de dúvidas, conforme afirma Pinto (2001), o crescimento demográfico e defesa desses redutos de resistência foram fatores que influenciaram a formação de outros redutos de quilombos, tanto os quilombos do Mola, Itapocu, Paxibal e Icatu foram referências na criação de outros pequenos quilombos na região Tocantina (PINTO, 2001).

Os quilombos que eram vistos como centros paralelos de poder, com uma organização social e com uma produção que atendiam as suas necessidades de subsistência eram considerados uma expressão máxima que rompiam o sistema latifundiário e escravista. Sua principal representação foi o quilombo dos Palmares. Eram categorizados pela legislação como: fuga, autoconsumo, moradia precária, número pequeno de pessoas, isolamento geográfico e proximidade de natureza selvagem que não era considerado civilização (FURTADO, PEDROSA e ALVES 2014).

Atualmente, as comunidades quilombolas são definidas como grupos étnicos, que foram constituídos principalmente pela população negra, tanto na área rural quanto urbana. Que se afirmam a partir das diversas relações que são estabelecidas dentro da comunidade, tal qual as relações com a terra, com seus familiares, suas ancestralidades e, para além disso, com as suas próprias práticas culturais (INCRA, 2019).

Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (INCRA, 2019).

As comunidades quilombolas no Brasil são distintas e possuem diferentes especificidades, elas estão localizadas em todo território nacional. Algumas estão no campo e outras nas cidades, e suas relações são construídas por laços de parentesco e heranças familiar. Os quilombos desde os mais antigos, como o de Palmares, e até os atuais afirmam sua luta por liberdade (FREITAS apud FURTADO, PEDROSA e ALVES 2014).

Os quilombos podem ser definidos como uma instituição, na qual demonstram a resistência e a rebeldia de homens e mulheres africanos e afrodescendente no combate contra a opressão. Mesmo com o predomínio de pessoas negras, dentro dos quilombos existe uma variedade étnica, e são habitados por indígenas e até por brancos em situação de extrema pobreza e exclusão social. (FREITAS apud FURTADO, PEDROSA e ALVES 2014).

Afirmar ou se reconhecer como quilombola, é resultado de uma construção social, em uma conjuntura que determina relações de poder e em que resistem a uma posição

estigmatizada, que vem desde o período da escravidão até a atualidade (CALHEIROS E STADLER apud LIMA E CARDOSO, 2013).

A partir de 20 de novembro de 2003 foi estabelecido o decreto nº 4.887, que regulamentou os procedimentos para que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas possam ser identificadas, reconhecidas, demarcadas, delimitadas e tituladas. A partir do decreto 4883/03 o Ministério da Cultura, que era responsável pelas instancias relacionadas à delimitação de terras, transferiu para o INCRA essa competência, assim como as atribuições para realizar demarcações e titulações (INCRA, 2019).

Para uma comunidade receber o título da terra é preciso que haja uma série de procedimentos legais. O INCRA realiza um estudo na área, para que seja emitido o Relatório Técnico e Delimitação (RTID) do local destinado. Após isso, ocorre a recepção, onde será analisada e julgada eventuais oposições. Quando aprovado em definitivo esse relatório, o INCRA divulgará uma portaria reconhecendo e indicando a delimitação daquele território quilombola (INCRA, 2019).

Segundo Araújo e Souza (2018), temos conhecimento que as populações, conhecidas como quilombolas, viveram afastadas por séculos do convívio urbano, ressaltam importância de manter a tradição oral, isto é, o conhecimento que é repassado de geração para geração, através das relações e experiências que são vivenciados no cotidiano. Ainda segundo a autora, ao destacar as práticas de cura populares ainda muito comuns nessas comunidades, estamos tentando entender as “táticas” que foram criadas pelos agentes sociais negros/as e suas experiências em comum no que diz respeito a ressignificação das práticas culturais tão importantes no contexto histórico das comunidades (ARAÚJO e SOUZA, 2018).

Ao passo que Santos (2000), afirma que, quando falamos em tradição na maioria das vezes vem em mente a noção de ação social, na qual sujeitos repetem comportamentos ocasionados por determinada inercia social, ou porque essas ações são correspondem a exigências permanentes do grupo. Dessa forma, as tradições constituem intrinsecamente parte das identidades sociais, mostrando, muitas das vezes, aspectos significativos da vida das pessoas.

Os saberes ribeirinhos quilombolas instigam uma reflexão acerca da multiplicidade dos conhecimentos que são vivenciados diariamente por esses sujeitos, que de maneira engenhosa se manifestam com traços tipicamente amazônico (CARDOSO, 2012).

Para Cardoso (2012), a vivência quilombola está intimamente relacionado ao trabalho, todavia, isso não é o mais importante. Muitos valores são fundamentais para a

comunidade, um desses valores é a boa convivência na família e na comunidade em uma relação de saber. (CARDOSO, 2012).

As comunidades remanescentes de quilombos fazem parte o complexo sociocultural da Amazônia brasileira, sendo composto também por ribeirinhos e indígenas e caboclos. Esses sujeitos mantem uma estreita relação com a natureza, por meio de conhecimentos que integram as crenças e as práticas adquiridas de geração em geração (FERREIRA E PEREIRA, 2017).

O saber se relacionam e integram um grande emaranhado com o afetivo, o social, o cultural, o histórico e o político, dando a possibilidade de uma identidade própria mantida pela perpetuação de seus costumes e suas tradições, ao longo do tempo, tanto pelos mais velhos quanto pelos mais novos. Os saberes estão ligados também a noção de vida, sociedade e relações humanas (CARDOSO, 2012).

As principais tradições que existem dentro das comunidades tradicionais da Amazônia, são o uso de plantas medicinais no combate de enfermidades e os métodos artesanais de pesca e de caça. Segundo Silva e Rosal (2017), essas comunidades se relacionam com a natureza, o que garante um importante conhecimento produzido por essa relação (SILVA e ROSAL, 2017).

Os conhecimentos sobre plantas medicinais estão presentes de forma latente entre as populações tradicionais, dentro dessa variedade de grupos estão as comunidades quilombolas. Essas comunidades se relacionam com a natureza e através disso, garantem um importante saber construído mediante essa relação. Aliado aos conhecimentos vindos da relação pessoa/planta está o conhecimento herdado dos ancestrais, geralmente através da oralidade (SILVA e ROSAL, 2017).

Diante do pressuposto, este estudo se propõe a levantar corpus de dados e a partir de suas análises entender as transformações ocorridas no modo de vida, saberes e tradições culturais dos habitantes de Araquembaua, assim como a formação histórica, visando contribuir para futuros estudos sobre a comunidade em questão, além de fornecer aos moradores dela, uma possibilidade a mais de conhecimento sobre o local em que vivem.

A problemática do presente trabalho baseia-se em questionamentos acerca de fatores que ocasionaram mudanças nas tradições, assim como a busca por elementos que informem sobre a formação da comunidade quilombola de Araquembaua, localizada no Estado do Pará, como: As tradições dentro da comunidade remanescente de quilombo de Araquembaua foram sendo influenciadas pela implantação de energia elétrica, água encanada e outros fatores que “urbanizaram” a comunidade? As tradições estão se ressignificando através das novas

gerações? Não há interesse por parte dos mais jovens sobre os saberes que foram repassados de geração em geração?

Metodologicamente, para este estudo foram utilizadas fontes bibliográficas que dialogam com a pesquisa, como: SALLES (1988), TRECANNI (2006), ALMEIDA (1988), PINTO (2001, 2007), GOMES (2006), entre outros. Assim como, foram realizadas pesquisa de campo visando conhecer melhor o cotidiano da comunidade em estudo. E assim, estabelecer contatos com os seus moradores para identificar seus hábitos e modo de vida.

Durante esse período de reconhecimento foram estabelecidos contatos prévios com as famílias para esclarecimento dos objetivos da pesquisa. As visitas para a pesquisa iriam iniciar em março de 2020, contudo após o avanço da pandemia de Covid – 19 não foi possível começar no tempo previsto, após a vacinação dos habitantes da comunidade foi possível marcar e iniciar as entrevistas.

A coleta dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, nas quais se interrogou-se sobre aspectos culturais da comunidade, se houveram mudanças nas tradições, no modo de vida, e nos saberes tradicionais da comunidade. Os participantes foram selecionados por meio de indicações dos próprios moradores durante as entrevistas, e durante conversas informais nas quais eles apontaram outros possíveis participantes. De acordo com Paul Thompson (1992), o recurso da entrevista é um dos métodos essenciais na coleta de dados pois ela possibilita compreender qualquer objeto, entretanto, esta técnica requer habilidades específicas, como compreender diferentes pontos de vistas, respeitá-las e buscar sempre as entender.

Na entrevista há diferentes interesses, ao passo que o entrevistador busca as informações que serão uteis ao seu estudo o entrevistado compartilha aquilo que lhe é significativo, que lhe é importante, e por este motivo, para ele merece ser narrado. Em suma a entrevista permite compartilhamento e a aproximação entre o pesquisador e o pesquisado (ALVES, 2016).

[...] a História oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Para Alberti (1989), a história oral deve ser utilizada quando as pesquisas realizadas são feitas sobre temas contemporâneos, ocorridas em um passado não muito distante, isto é, de

forma que a memória dos seres humanos alcance, para que seja possível entrevistar pessoas que participaram dele, seja como atores ou como testemunhas (ALBERTI, 1989, p. 4).

Neste contexto a pesquisa é qualitativa, uma vez que melhor se aplica aos objetivos deste estudo. Para Martinelli (1999), a pesquisa qualitativa se destaca por três pontos, o primeiro ponto é sua particularidade inovadora, como uma pesquisa que busca a compreensão dos significados dados pelos sujeitos às suas vivências; o aspecto político, que por meio da construção conjunta leva em consideração a realidade ao qual aquele sujeito está inserido, e assim, retorna para eles de forma crítica e criativa. E por essa dinâmica política, pela construção coletiva, sua efetuação se dá por meio da integração e não da exclusão.

Para a realização das entrevistas para a pesquisa foram necessários adotar medidas de proteção devido a pandemia da Covid-19, uma vez que os entrevistados são idosos e estão no grupo de risco. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas mantendo distância de segurança para evitar o risco de contágio. Dessa forma, foram realizadas duas visitas na comunidade para coleta dados, e entrevistados cerca de 6 moradores, embora haja mais moradores que pudessem contribuir com os relatos de suas memórias, seus familiares sugeriram que eles participassem em um outro momento, por serem idosos com idade avançada e tendo em vista o cenário que estamos vivendo. As entrevistas tinham que ser presenciais pois os participantes não dispõem de outras formas de contato como redes sociais ou mesmo aparelho celular. Após realizar as entrevistas, elas foram transcritas e analisadas para a elaboração deste estudo, cuja composição final é também uma contribuição a história da Comunidade Quilombola de Araquembaua, ainda tão pouco explorada pela literatura, assim como, as demais localidades desta região ricas acervos de histórias de lutas, resistências, memórias, práticas culturais e religiosas da região.

O presente estudo está estruturado em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado, ***Escravidão Negra: Resistencia e Luta*** faz uma breve discussão sobre a escravidão negra no Brasil e na região Amazônica, com foco principal na região do baixo Tocantins, destacando a formação de quilombos que surgiram nesta região. Além disso, trata das características culturais e religiosas da comunidade de Araquembaua.

O segundo capítulo intitulado, ***Os saberes tradicionais na comunidade de Araquembaua*** trata sobre as práticas e saberes tradicionais dos moradores da comunidade, quais dessas práticas continuam e se elas se modificaram através do tempo segundo a perspectiva narrada pelos habitantes de Araquembaua, além dos seus hábitos alimentares e de que forma isso se relaciona com seu modo de vida.

CAPÍTULO I

ESCRAVIDÃO NEGRA: RESISTENCIA E LUTA

1.1 - FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA

A escravidão é uma prática adotada desde os tempos antigos por vários países que a integraram as suas normas jurídicas, utilizada por povos longínquos como os assírios, egípcios, gregos, judeus e outros. Valia-se do direito legal do vencedor da guerra sobre a vida dos prisioneiros. Em vista disso, o vencedor possuía total direito de punir da forma como quisesse, ou até mesmo matar, sem sofrer punições por isso. Desde o século XVI, Espanha, Inglaterra, Portugal, França e Holanda, se dedicaram fortemente a este “comercio” gerador de grandes lucros (TRECCANI, 2006).

Na América Latina, os portugueses viram nos povos indígenas alvos para garantir o suprimento de mão de obra nas lavouras e engenhos. Entretanto, a resistência à escravidão, um alto número de mortes devido aos maus-tratos além de inúmeras doenças fez com a população indígena fosse reduzida consideravelmente. O recrutamento dos indígenas se tornou um dos maiores obstáculos da economia colonial. A escravidão dos indígenas se embasava nas falhas da legislação que legalmente a proibia (TRECCANI, 2006).

No que tange o aproveitamento da força de trabalho indígena, apesar de largamente usada, enfrentou bastantes resistências. Primeiramente condenada pela igreja, que não aceitava tal prática, pois considerava os nativos dotados de alma e devido a isso, deveriam ser catequizados e transformados em súditos do rei. Entretanto, apesar de todo um aparato legislativo criado pela Coroa portuguesa, com intuito de proibir a escravidão indígena e/ou regulamentá-la, o que se viu na prática foi um total desrespeito quanto ao cumprimento delas. Isso tudo produziu um intenso conflito entre os colonos e os religiosos, principalmente, os Jesuítas (ALMEIDA, 1992, p. 112 apud COSTA, 2017).

Como a escravização dos nativos se tornou algo cada vez mais difícil por enfrentar diversos empecilhos, tais como as constantes críticas da igreja católica, surgiu a necessidade de buscar uma mão de obra que pudesse substituir de forma eficaz a anterior. Para Teccrani (2006), a introdução dos negros como mão de obra surgiu de um acordo entre os missionários, que acreditavam na segregação dos indígenas, e dos colonos, que viam na mão de obra escrava a única forma de manter seus empreendimentos.

Para Funes (1999), a ocupação do Baixo Amazonas foi uma consequência normal do processo político colonial direcionando a Amazônia, desse modo, não sendo diferente aos métodos característicos onde a defesa territorial, a catequese e o aldeamento nativo

construíam-se justificativas tendo como sustentação principal a extração assim como o comércio das “drogas do sertão”, ou nesse caso, das matas. Neste contexto, surgem os primeiros núcleos de colônias no Baixo Amazonas, sendo que entre eles estavam a Aldeia e Fortaleza de Tapajós (Santarém), Aldeia do Surubiu (Alenquer), Aldeia e Forte de Pauxis (Óbidos), elas foram elevadas a categoria de vila em 1758, enfim a fé e a civilização chegavam ao Amazonas (FUNES, 1999).

Conforme menciona Salles (1988), na região amazônica o processo de escravidão não foi tão intenso quanto em outras regiões, tal qual, as que possuíam grandes cultivos de cana-de-açúcar, café ou extração de minérios, todavia, a exploração de trabalho negra existia simultaneamente com a indígena (SALLES,1988).

Ainda segundo Salles, a introdução da mão de obra negra na Amazônia esteve intrinsecamente relacionada aos conflitos entre os colonos e portugueses, que tinham interesse em escravizar os indígenas, por outro lado, os jesuítas tinham o objetivo de “proteger” e ao mesmo tempo utilizar a mão de obra dos indígenas. Em vista desses conflitos, os colonos se viram obrigados a procurar outra mão de obra, a africana, sendo uma opção para substituir a mão de obra anterior no cultivo das lavouras (SALLES, 2005 apud COSTA, 2017).

Com uma atividade agrícola com baixa diversidade e não sendo tão expressiva, a região amazônica encontrou problema para articular uma forma viável de tráfico para os portos de Belém. Inicialmente a entrada dos escravos africanos para atuar em atividades produtivas estava relacionado de forma que existia uma dependência do comércio de escravos que eram destinados ao Maranhão. Essa necessidade de mão de obra na região amazônica, ocasionou um descontentamento nos colonos paraenses, já que grande parte do quantitativo que era destinados às duas praças acabava ficando no Maranhão (SALLES, 2005, p. 46 apud Costa 2017).

O problema da inserção de uma agricultura que fosse sistematicamente eficiente e com diversidade, baseado na força de trabalho escravo negro tornou o extrativismo a principal fonte econômica na Amazônia. Logo, essa situação mudou a dinâmica econômica da região e gerou uma crise grave nas lavouras. A extração das drogas do sertão tornou-se uma atividade muito atraente para os colonos, visto que os custos eram baixos se comparados com a agricultura tradicional da monocultura de cana-de-açúcar, além dos preços dos produtos se manterem em alta. Estas vantagens fizeram que com que muitos colonos abandonassem essa cultura e partissem para o extrativismo (ALMEIDA, 1988, p.103).

Mesmo com todos esses entraves sempre existiu tentativas no sentido de fomentar a introdução de escravos negros na Amazônia. Já em 1682, a coroa portuguesa com objetivo de acatar as reivindicações dos colonos da região fundou a Cia de Comercio do Maranhão, que tinha que importar 10.000 escravos no período estabelecido de 20 anos. Porém esta companhia não obteve êxito e sua duração foi de curto tempo, apenas de 1682 a 1684. É notável que com tudo isso, até meados do século XVIII a quantidade de escravos que foi introduzida na Amazônia mostrou-se ínfima e pouco significativa, principalmente em relação número que foi introduzido no nordeste da colônia (ALMEIDA, 1988, p. 104).

É durante o XVIII que ocorre uma introdução considerável de negros no Pará, destinados a trabalhar na lavoura de gêneros exportáveis e em construções de fortificações militares contribuindo para o desenvolvimento das áreas onde foram alocados. Neste cenário destacou-se a preferência por negros experientes na lavoura, já que o principal objetivo da apropriação de escravos era a constituição de trabalho braçal para trabalhar nas lavouras. Ainda neste século, o preço do cacau entrou em alta na Europa, conseqüentemente sua produção em terras paraenses aumentou, aldeias foram elevadas a posição de vilas, culminando na intensificação do comércio de escravos na região amazônica. Assim, o cacau se tornou o produto que mais contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento econômico da Região neste período e o que mais influenciou na chegada de negros às terras amazônicas (LOPES et al, 2014).

Ao chegar na Amazônia, esses escravos perdiam sua identidade de origem, os senhores tentavam apagar sua cultura e lhes impunham um nome cristão; eram registrados como solteiros pois não tinham direito de se unir em matrimônio; quando o escravo perdia sua capacidade produtiva em função de uma idade avançada, eram simplesmente descartados, alforriados ou doados (LOPES et al, 2014).

Os escravos eram proibidos de formar aglomerações, municípios como Óbidos no Pará determinava prisão e castigos físicos caso um número a partir de 5 negros fosse encontrado reunido; estabelecimentos comerciais eram multados se esta reunião ocorresse em suas dependências. A resistência a escravidão passa a se intensificar a partir do final do século XVIII e início do século XIX, com fugas das casas dos senhores, refúgio em regiões mais longínquas, em margens de rios onde aos poucos foram se organizando em quilombos e passaram a viver uma vida comunitária com organização social própria (TAVARES, OLIVEIRA; 2018).

Pinto (2001), afirma que o negro juntamente com o indígena figurou o cenário do processo de escravidão na Amazônia e de maneira expressiva, sua presença marcou de forma expressiva tanto no sentido econômico quanto cultural. Assim, os vários tons da floresta foram sendo mesclados e ganhando conotações cada vez mais enegrecidas, onde essas várias cores se fundem com grupos indígenas aí existentes, negros africanos e seus descendentes.

Esses negros buscavam nos contatos com os povos indígenas as saídas para construção de seus múltiplos espaços de liberdades e identidades, amocambando-se em lagos distantes ou acima das cachoeiras. A presença de índios amocambados junto aos negros fugidos aparece com frequência, em relatórios de chefes das províncias Pará e Amazonas do final do século XIX, formando “comunidades interétnica” (GOMES; QUEIROZ, 2003 apud Silva; Rocha, 2016, p. 133).

Nesse sentido, já no século XIX a população negra na Amazônia possuía um quantitativo significativo. Se distribuiu pela capital, e pela província do Grão-Pará, assim como pelas áreas que circundavam Belém, e em localidades mais afastadas. Antecedente ao alvorecer da abolição havia muitos negros escravizados e libertos que estavam localizados em regiões além da capital paraense, como Igarapé-Miri, Cametá, Moju, Mocajuba e Baião (PINTO, 2001).

Dessa forma, Gomes (2006) corrobora afirmando que desde o século XVIII, no Grão-Pará, em regiões que eram banhadas pelo rio Tocantins e seus afluentes, como Abaeté, Barcarena, Igarapé-Miri, Moju, Cametá, Mocajuba, Baião e Oeiras havia uma tradição no que se refere a formação de mocambos, lugar ao qual mesclavam-se fugidos e desertores, onde constituíam-se grupos sociais que tinham como a base da sua subsistência a agricultura (GOMES, 2006).

Segundo afirma Pinto, a historiografia paraense tem encontrado diversos indícios da formação de vários quilombos na região do baixo Tocantins. Alguns foram destruídos, e outros nunca foram encontrados. Os quilombolas ameaçados pela reescravidão, tal qual para sobrevivência se embrenhavam nas matas, rios e igarapés no interior da floresta. Organizavam novos mocambos, assim como ocorreu no distrito de Juaba, Cametá, Mocajuba e Baião (PINTO, 2001).

Para fugir das fazendas e das propriedades os negros escravizados escolhiam o momento mais propício, para que não fossem descobertos, segundo Funes (2015), tempo de festa, tempo de cheias, tempo da castanha, eram os tempos de fuga. Se instalavam em locais

de difícil acesso, inseriam obstáculos naturais para dificultar sua localização pelos seus perseguidores. Para ultrapassar esses obstáculos seria necessário ter habilidades as quais dificilmente seus algozes teriam. Já os caminhos pelas matas serviam como atalhos de acesso aos rios. Assim, procurar um lugar seguro de seus perseguidores onde houvesse alimentos na natureza, alcançar seus parceiros, estava constantemente nos planos dos escravos (FUNES, 2015 apud TAVARES, OLIVEIRA, 2018).

A resistência abalava o equilíbrio das relações escravista, as fugas representavam perdas e desequilibravam a economia local, pois os custos em busca do escravo em fuga eram de responsabilidade do senhor que além de perder a mão de obra arcava com os custos da procura dos escravos.

Com o crescimento dos contatos fluviais no século XIX, normalmente do abastecimento e comércio destes locais com a cidade de Belém, alguns desses mocambos passaram a ser comunidades camponesas, e desenvolveram práticas econômicas que se articulavam com aquelas da sociedade a qual estavam envolvidas. Para sair de Belém, através da baía do Guamá, havia vários rios que podiam ser alcançados, e um dos principais era o Tocantins (GOMES, 2006).

No município de Mocajuba houve a formação do quilombo de Icatu e Putiri. Já o antigo quilombo do Paxibal, em Baião, ramificou em várias outras comunidades como Umarizal, Bailique Centro, Bailique Beira, Joana Peres, Retiro, Santa Fé e Igarapé Preto. Para driblar as forças legais e constituírem redutos os negros (PINTO, 2010, p. 56 apud Pinto; Costa; Domingues 2020).

Nas palavras de Pinto (2007), os negros tinham o quilombo como um lugar de resistência onde escondiam-se quando fugiam das fazendas, engenhos de açúcar e pequenas propriedades. Pinto, ainda afirma que os negros resistentes ao sistema escravista batalhavam para conquistar sua liberdade de modo que pudessem reconstruir suas vidas. Nesses locais festejavam, plantavam, caçavam e buscavam construir e organizar espaços políticos, econômicos e culturais, tentando manter e preservar suas identidades étnicas e culturais (PINTO, 2007).

Deste modo, os quilombos não são estruturas que ficam estáticas no tempo, ou que pertencem somente ao nosso passado escravista, tampouco se configuram como comunidades isoladas que não tem nenhuma participação em nossa estrutura social. Aos escravos que se refugiavam nos quilombos denominou-se quilombolas, e aos seus

descendentes remanescentes de quilombolas, dos quais muito se fala hoje em dia (PINTO, 2007).

Os quilombos brasileiros se assemelham aos quilombos africanos, de acordo com Munanga (1996), o quilombo brasileiro tinha as mesmas características dos quilombos africanos, os escravizados reconstruíam com o objetivo de combater a estrutura escravocrata, pela implantação de uma nova organização política na qual os indivíduos escravizados se encontraram. Deste modo, escravizados, revoltados, se articularam para realizar fugas das senzalas e das plantações, ocuparam parte do território brasileiro não povoado, normalmente lugares de difícil acesso. Ainda segundo o autor:

Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. Não há como negar a presença, na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo (MUNANGA, 1996, p. 63).

Os quilombos podiam surgir de forma natural, após ser instalado ia crescendo conforme novos membros iam chegando e se integrando aquela população, com exceção de alguns quilombos, a maioria dos quilombos se ampliava principalmente quando membros novos se agregavam, esses eram provenientes do seu exterior, nativos, homens livres pobres, e sobretudo sujeitos fugidos dos campos e das cidades (FIABANI, 2007).

Embora a escravidão tenha sido abolida no século XIX, na época não se pensou em nenhuma política pública para os ex-escravizados. A partir do Século XX, a organização do Movimento Negro inicia a mobilização para que comunidades negras rurais recebessem seus títulos de terra. Neste século, diversas batalhas foram empreendidas em favor da implementação de leis e decretos para amparar a população afrodescendente em nosso País (MIRANDA, 2013).

Atualmente, as comunidades quilombolas alcançaram expressão jurídica no cenário constitucional brasileiro. O decreto 4887-2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas (BRASIL, 2003).

Segundo o decreto, são considerados remanescentes de quilombos os grupos étnico raciais segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de

relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

A identificação de uma pessoa como quilombola é auto declaratória, sendo a autodefinição um critério fundamental para a definição dos grupos. Atualmente são estimadas mais de 5 mil comunidades quilombolas no Brasil (BRASIL, 2015).

Neste cenário, foi criada a Fundação Cultural Palmares, primeira instituição pública federal voltada para a preservação da arte e cultura afro-brasileira, sendo também responsável pelo processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, como também pela titulação das terras (MIRANDA, 2013).

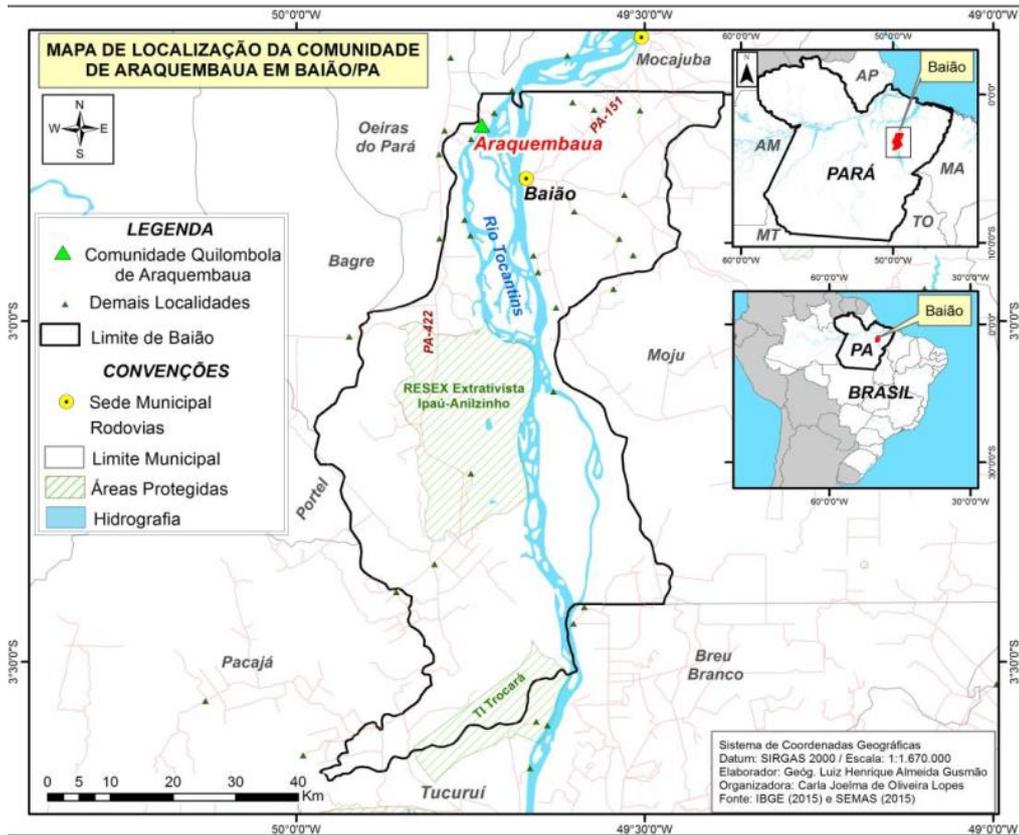
1.2 - COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA

A comunidade quilombola de Araquembaua é uma pequena vila ribeirinha localizada as margens do rio Tocantins, no município de Baião, Estado do Pará. Seu processo de formação tem início no período colonial, assim como as diversas comunidades existentes nas margens do Tocantins. É uma das comunidades mais antigas do município de Baião. A população da comunidade tem como fonte de subsistência a agricultura e a pesca (LOPES 2017 apud Jesus; Costa 2019).

A comunidade de Araquembaua está estrategicamente localizada a margem esquerda do Rio Tocantins, em local alto, com um trapiche de mais de 80 degraus que tornam o percurso ainda mais longo, até alguns anos atrás o rio era a única forma de acesso, hoje, também é possível ingressar a comunidade através de vicinais que levam até BR 422. O território do povoado limita-se com as comunidades de Baixinha, Itaperuçu e Cupu.

A comunidade foi dividida de acordo com as necessidades dos moradores. Basicamente hoje a vila possui um total de seis ruas, onde estão dispostos a igreja, o cemitério, o salão comunitário, o porto e uma Escola Polo que recebe alunos de comunidades vizinhas. Segundo Lopes (2017), com o tempo essa composição expressou a trajetória de lutas e conquistas por parte do grupo.

Imagem 1 – Localidade de Araquembaua, Baião - Pará.



Fonte: IBGE, 2015. Organização: LOPES, julho de 2016.

Imagem 2 - Comunidade de Araquembaua vista de cima



Fonte: Henrique Daniel, 2016.

No que tange a religiosidade a vila possui uma população majoritariamente católica, a qual tem como padroeira Santíssima Trindade dos Inocentes, cuja igreja é referenciada com o mesmo nome da padroeira, localizada na primeira rua da vila, na subida do trapiche. A comunidade realiza o festejo em homenagem à padroeira no mês de novembro, comemoração que antigamente era aguardada com anseio o ano todo, pois a festividade era famosa por toda região. Nas falas dos moradores é possível observar que com o passar do tempo, muitas características deste festejo foram se perdendo. Como cita dona Liberata Lopes da Trindade, moradora antiga da vila:

“naquele tempo a festa era muito bonita, tinha botequim, tinha a varrição, a tinha a alvorada, Deus o livre, nós dançava na alvorada, tudo nós de vassoura varrendo a rua tudinho, nós tirava de mordomo. Tinha tudo isso aqui em Araquembaua, era muito bonito. Agora acabou tudo, não tem mais nada, quem é novo, que nasceu depois dessa festa, não conhece nada aqui. Era muito bonito aqui em Araquembaua (Liberata Lopes da Trindade, 93 anos, moradora de Araquembaua).

No relato da moradora é possível observar a constante afirmação de que não há mais tanta beleza quanto houve outrora na festividade, apesar disso, é notório a riqueza cultural destas práticas que atualmente existem apenas através da evocação da memória dos mais antigos. As práticas e saberes que influenciam a realidade estão diretamente conectadas a análise conjuntural desses sujeitos e a relação com as festas são de fundamental importância como forma de reconhecimento da própria comunidade. Desta forma, a sobrevivência da cultura, memórias e práticas da oralidade estão intrinsecamente ligados aos saberes que são construídos historicamente acerca da festa, do dançar, do rezar, de forma que a ancestralidade herdada dos pretos e pretas se misturam com a realidade da Amazônia Tocantina (VARELA; PINTO; BARROS 2021).

Imagem 3 - Igreja Santíssima Trindade dos Inocentes



Fonte: Oderlan de Abreu Martins, 2021.

A religiosidade, os saberes populares e as credences populares fazem parte da realidade e do cotidiano das comunidades quilombolas da Amazônia, exercendo forte influência na maneira como vivem e se relacionam em sociedade; as características religiosas e culturais emergem da mesclagem de vários grupos, emanando características emanadas dos povos indígenas (os alimentos usados nas cerimônias religiosas: maniçoba, manicuera, tucupi e outros), de populações negras (o sincretismo religioso, o samba de cacete) e do imigrante português (representado na orientação religiosa dominante, o catolicismo que se sobressai como uma forma de dominação que perpassa até os dias atuais) (GERONE JÚNIOR ET AL, 2016).

O trabalho nessas comunidades está profundamente ligado aos meios de sobrevivência, entretanto com o avançar do tempo muitas transformações estão se processando e existe uma transformação no repasse de saberes das gerações mais tradicionais para as categoriais mais jovens. A caça, a pesca artesanal, coleta de produtos e

frutos da floresta ocupa um papel vital na manutenção das comunidades (GERONE JÚNIOR et al, 2016).

Sempre vivemos mandioca, fazendo farinha né?! Nós culhia demais arroz, feijão empilhava pela casa. Agora não, parou tudo isso, a juventude não quiseram mais saber disso. Minha mãe não me ensinou trabalhar em roça, eu não vou trabalhar, o meu pai não me ensinou plantar feijão, eu não vou plantar, aí né, acabou! (IDALINA CHAVES).

Segundo Faria e Gonçalves (2016), esse processo é reflexo da presença de processos de modernização e da globalização existentes nas comunidades quilombolas, tanto nos setores socioeconômicos quanto culturais; a partir do momento em que os indivíduos das comunidades têm acesso à tecnologia e são afetados pelo processo de globalização, mudanças são operadas no âmbito social, econômico, político e cultural, ocorrendo mudanças nas necessidades pessoais e comunitárias (FARIA e GONÇALVES, 2016).

De primeiro era muito bonito, era festona mesmo, demais bonito era, agora acabou tudo. Naquele tempo tinha aparelhagem, tinha muito botequim, faziam aquela porção de barraca, eles faziam pra passar a novena, sabe. Tinha a alvorada, Deus o livre, nos dançava na alvorada, tudo nos de vassoura varrendo a rua tudinho, varria tudo a rua aí, nos tirava de mordomo né, tinha o pavilhão lá em cima de tocar música, tudo teve aqui em Araquembaua, era muito bonito aqui em Araquembaua, vou te dizer. No primeiro dia de festa a aparelhagem tocava, jogavam muito foguete, igual jogam em Mocajuba e em Baião, tinha mucura, tinha tudo. Agora como eu tava falando acabou tudo, não tem mais nada, quem que nasceu depois dessa festa não conhece nada aqui (LIBERATA PIMENTEL).

As atividades cotidianas das comunidades são influenciadas pela globalização, assim os hábitos e costumes podem sofrer modificações impulsionadas pelo que ocorre o mundo, em escala global, não há mais o conceito do quilombo permanentemente isolado e alheio às transformações globais. Ocorre uma aproximação cultural entre os povos por meio da maneira de falar, vestir e se alimentar; o espaço rural não escapa a esse efeito (FARIA, GONÇALVES, 2016).

(...)mudou demais, nem fala, até a reza não dá vontade de ir, não tem mais uma influência né, acabou tudo o normal da festa, é só aquela rezinha simples. Parece que agora que voltou a primeira noite pro dia vinte, porque antes a primeira noite era dia vinte, olha, vinha gente do Icatu que estrondava pretalhada aqui no Araquembaua. Era

muito bonito mesmo, Araquembaua já foi bonito (Liberata Pimentel).

Para estes autores, as transformações na cultura são inerentes ao processo de modernização e de evolução social; a globalização promove intensas modificações culturais e socioeconômicas nas comunidades remanescentes quilombolas. No entanto, isso não significa a desestruturação total das mesmas, mas um processo de trocas, considerando que a cultura não é inerte e estanque, mas híbrida e mutável (FARIA, GONÇALVES; 2016).

Imagem 4 – Vista panorâmica da igreja da Santíssima Trindade e do antigo salão de festas.



Fonte: Henrique Daniel, 2018.

Neste cenário de mudanças, pode-se apreender que ocorreram melhorias em alguns aspectos das condições de vida dos moradores através do acesso a novas políticas públicas como os programas de redistribuição de renda, aposentadoria, direitos trabalhistas:

(...) eu tô achando que hoje teve melhora porque no tempo que me criei nem fala, meu filho! Pra gente botar uma peça era a troco, só com farinha, a gente não tinha dinheiro, hoje, não! Tem essa aposentadoria, tem a bolsa

família, né?! Ai quando a mulher tem filho tem a bolsa maternidade, não melhorou?! Melhorou! Naquele tempo não, nem fala. Tô falando que minha avó trocou o terreno dela com uma roupa pros meninos dela (Oneide Paula dos Reis).

Nesta perspectiva, conclui-se a importância de programas de assistencialismo a essas populações, programas como o bolsa família, luz para todos, brasil quilombola entre outros, que foram implantados no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eram e ainda são essenciais a estes sujeitos que historicamente tiveram seus direitos básicos negados. Recentemente destaca-se uma atenção maior do Estado Brasileiro assim como de parte da sociedade civil em relação aos quilombos, assim como a população quilombola. Através da criação de políticas, sendo uma das principais a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a introdução do programa bolsa família e outras ações. Todavia, ainda persistem inúmeras dificuldades enfrentadas por essas comunidades, que permeiam discussões referentes ao cotidiano desses sujeitos, como: acesso a terra; cidadania; educação; igualdade de gênero e outros aspectos relevantes (GROSSI; BITENCOURT 2017).

Essas políticas de inclusão social possibilitaram a chegada de serviços básicos a essas comunidades, destaca-se a implantação de energia elétrica através do programa Luz Para Todos, que possibilitou melhores condições de vida para esses indivíduos que até então eram excluídos do acesso a esse serviço.

Meu filho, antes de ter energia aqui nos só usava lamparina com querosene, isso quando tinha condição de comprar a querosene né!? Hoje quando a energia vai embora a gente até fica triste, que vê quando é pra comer um peixe? Nem fala até! (Liberata da Trindade Lopes).

Nota-se que o abastecimento de energia elétrica é algo positivo visto que possibilitou que as localidades pudessem gozar de serviços como iluminação, bombeamento de água, comunicação, refrigeração além de iluminação em postos de saúde, escolas e em atividades agrícolas, tendo um impacto no modo de vida assim como condições básicas para o exercício da cidadania nas comunidades e espalhadas por esta região (COQUEIRO, 2010).

Silva (2018), afirma que modo de vida do quilombola funciona de forma diferente das outras sociedades, ele é direcionado em uma produção que forneça apenas o necessário para sua subsistência (aspectos herdados dos princípios utilizados na África e que fora

reproduzidos através da imigração forçada dos negros para o Brasil), isso se opõe a lógica da sociedade individualista deste país que é regido pelos princípios capitalistas.

Diante disso, o modo de subsistência da comunidade de Araquembaua é diretamente ligado a natureza, sua principal fonte de alimentação é a agricultura e a pesca. Apesar disso segundo a oralidade local atualmente os moradores da comunidade não produzem tanto quanto era produzido antigamente, visto que as gerações mais novas não têm interesse no trabalho braçal.

Olha, nosso trabalho sempre foi na parte da agricultura, fazer roça, a gente fazia roça, na produção da lavoura e a gente pescava também pra se alimentar né?! Hoje em dia ainda continua da mesma forma, apesar de que já diminuiu bastante a produção tanto da pesca como da agricultura, os novos hoje não querem mais sujar as mãos né?! Hoje eu lembro que nessa época que eu vim pra cá, até bem mais, Araquembaua era o maior produtor de laranja da região, e Umarizal era o maior produtor de farinha, hoje nós não temos laranja nem pro nosso consumo. E assim, com o tempo foi diminuindo a produção de tudo né?! (Deunício Lopes do Espírito Santo, 70 anos).

Devido à falta de outras possibilidades de renda ocasionados pelo advento da globalização, é comum os mais novos saírem de suas comunidades em busca de trabalho ou para dar continuidade aos estudos, com isso a produção de produtos para subsistência foi caindo consideravelmente. Com a saída comum dos habitantes das comunidades para outros locais causa um desenraizamento do povo, logo, de suas tradições. Este efeito gera uma instabilidade devido ao rompimento dos vínculos sociais e culturais, e geralmente isso se reflete na perda dos vínculos culturais, sociais e até mesmo religiosos (PAULA et al FARIAS; GONÇALVES, 2016).

Nos hábitos alimentares da população de Araquembaua ainda predomina os frutos da pesca, peixes, camarão e produtos provenientes da caça. O cardápio alimentar comum de populações tradicionais geralmente é, em termos de proteína, é constituído de peixe. Com isso a prática da caça se torna uma atividade muito importante, principalmente no período de chuva (inverno) quando as águas dos rios crescem tornando difícil o acesso ao pescado devido ao tamanho maior das áreas alagadas. Em vista disso a carne de caça se faz mais comum na mesa dessas famílias tornando-se um importante papel na subsistência das mesmas (FIGUEREDO; BARROS, 2016).

Uma realidade vivenciada pela comunidade foi o tráfico de imagens sacras, conforme é ilustrado pela fala da moradora Oneide:

a santa é a padroeira daqui mesmo, a imagem original roubaram, já roubaram duas imagens, a padroeira mesmo, naquele tempo tinha um morador que vendia santa, aí ele pediu o círio da trindade pra sair de lá da casa dele. O mundo dela era ouro mesmo, o prato era de prata mesmo, e ela tinha ouro dentro dela. Aí eles examinaram tudinho, e roubou a trindade, vendeu e foi embora daqui (Oneide Paula dos Reis).

Esses furtos possuem inúmeros motivos, geralmente são atrelados a quem frequenta a igreja, com o objetivo de vender o ouro assim como outros pertences em benefício próprio visando o lucro financeiro. Os fiéis ficam extremamente decepcionados quando isto ocorre e por conta disso, repassam para os mais jovens a necessidade de zelar mais pela igreja e seus bens, em vista da simbologia sagrada para os seus, e estes que aderiram aos ensinamentos e influência pela veneração simbólica (FAVACHO, 2021).

CAPÍTULO II

OS SABERES TRADICIONAIS NA COMUNIDADE DE ARAQUEMBAUA

2.1.SABERES TRADICIONAIS E O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS

Os saberes tradicionais de um povo são relíquias que são repassados através da oralidade, alguns se mantem imutáveis, outros se ressignificaram para se adequar as necessidades dos sujeitos ao qual lhe competem. Como afirma Borges (2020), a rotina diária desses sujeitos é repleta de saberes tradicionais, tanto no se refere ao modo de vida quanto nas relações estabelecidas em entre eles e a natureza nas atividades cotidianas, nesse contexto imergem os conhecimentos ecológicos, os saberes e fazeres próprios da cultura daquela comunidade. Nessa perspectiva, com base nas experiencias e vivencias históricas daquela comunidade os saberes foram sendo construídos (BORGES, 2020).

Saberes tradicionais são conjuntos complexos que se apoiam na tradição, na observação e na utilização dos processos e recursos biológicos. Correspondem a concepções integrais da relação sociedade/natureza e exprimem-se e sistematizam-se através de mitos, rituais, narrações de caráter oral e práticas relacionadas com sistemas de ordem ambiental e de saúde, com instituições regulamentos estabelecidos para lhe acender e para os aplicar, aprender e transmitir. A natureza é valorizada de forma diversa segundo as condições e situações que com ela interagem e através de formas de perceber, representar, usar e inter-relacionar-se com as entidades não humanas (ALONSO, 2005, p. 296).

Dentre os vários saberes tradicionais existentes na comunidade, neste estudo optou-se em analisar o uso das plantas e ervas medicinais, a caça e pesca, visto que são os mais influentes dentre os moradores de Araquembaua. Segundo Sá (2014), compreende-se por saberes tradicionais, os conhecimentos que estão relacionados à identidade, ao pessoal e a vivência das pessoas e dessas comunidades, sendo a respostas para algumas necessidades humanas, dessa forma, o saber é plural, não existindo apenas um, sendo assim, mostram-se como maneiras de compreender, descrever e explicar a realidade coletiva (SÁ, 2014).

Desta forma, através da tradição, os povos constituem seu patrimônio cultural, e demonstram de modo presente sua resistência. Assim, a tradicionalidade se fundamenta, do mesmo modo que a sustentabilidade e a biodiversidade, dando margem para possibilitar a reflexão e transmitir os conhecimentos as novas gerações, neste cenário, eles descobrem

atitudes que reafirmam a relevância dos saberes tradicionais e das práticas antigas de sua comunidade (BORGES, 2021).

Ainda sobre os saberes tradicionais, os diversos grupos étnicos que compõem o mosaico amazônico, o qual destacam-se os indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas, entre outros. Neste sentido, cada um desses segmentos possui suas especificidades culturais, sociais e políticas, aspectos que se relacionam nos seus meios de sobrevivência e na sua forma de organização sociopolítica. Neste viés, essas características inerentes a esses grupos podem ser lidas como: a formação étnica através da adoção de conhecimentos e técnicas tradicionais para se adequar as suas necessidades; a organização por meio de um padrão complexo do modo de produção bem como da gestão dos recursos naturais; a luta para garantir acesso a serviços sociais; a prática de atividades que envolvam os recursos naturais, como a agricultura, caça, pesca e o extrativismo, conforme a disponibilidade desses recursos e da necessidade de cada grupo (CHAVES E LIRA, 2016).

Um dos costumes mais antigos da humanidade é a utilização de espécies vegetais para o tratamento de diversas enfermidades. Essa prática remete as civilizações primitivas, as mulheres ficavam responsáveis por extrair os princípios ativos das plantas para cura de doenças. Conforme essas comunidades iam aperfeiçoando essas habilidades para suprir suas necessidades de sobrevivência, foram sendo estabelecidos funções específicas para cada indivíduo do grupo (CHOPRA; SIMON, 2001; FRANÇA et al., 2008).

Os colonizadores aos poucos foram impondo a medicina Europeia, hoje denominada de medicina moderna, como o único método de tratamento de saúde a ser seguido visto que era passível de comprovação científica. Dessa forma, outras práticas de cura, autocuidado e tratamentos de saúde dos povos autóctones¹, que não tinham tal embasamento eram vistos como ultrapassados, primitivas e desqualificadas, e na maioria das vezes classificadas de forma pejorativa de crendices populares e charlatanismo (FREITAS, 2014; LUIZ, 2005).

¹ Que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena.

2.1.2 SABERES NO USO DAS PLANTAS MEDICINAIS

As comunidades tradicionais da Amazônia possuem um gama de conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, porém a medicina moderna ocidental vem interferindo diretamente nessas práticas, assim como a falta de interesse das gerações mais jovens na utilização desses saberes, ameaça o desaparecimento da transmissão oral de transgeracional (AMOROZO, 2002).

Contudo, as práticas de cura utilizando plantas e ervas medicinais ainda é presente na comunidade de Araquembaua, embora, atualmente, seja em uma quantidade menor. Em entrevistas e conversas informais alguns relatam que preferem utilizar as ervas medicinais aos medicamentos farmacêuticos, pois esses além de caro costumam ter efeitos colaterais, ao passo que quando se tratam com os remédios naturais isso não ocorre, justamente por ser algo natural, sem intervenções químicas.

O uso de plantas medicinais ainda é marcante, mesmo pra doenças com tratamento farmacológico convencional definido, como diabetes, por exemplo. Casca de pau pereira, unha de gato, tudo isso é usado com chás. Feridas são tratadas com casca de jucá em álcool, barbatimão macerado; casca de pau travoso e marupaí pra diarreia, erisipela tratada com folhas de pirarucu bravo e por aí vai... Mas é importante entender que é preciso ter cuidado e conciliar o máximo possível o que é cultural e o que é científico, porque a pessoa corre o risco de descompensar doenças se abandona o tratamento convencional, então é preciso orientar e educar, agregando as práticas culturais nas práticas de saúde sem abandonar as recomendações de saúde (Henrique Daniel).

As tradições das populações da Amazônia na utilização de plantas medicinais representam um marcante ponto de encontro entre a permanência e as rupturas culturais, que são definidas desde os primeiros contatos intertribais e interétnicos e sólidos no entrecruzamento das principais matrizes de formação do povo Brasileiro (SANTOS, 2000).

Conforme afirma Santos:

As populações, acostumadas a enfrentar, com seus próprios recursos, enfermidades que às vezes desconheciam, criaram novas técnicas de uso, descobrindo novas finalidades para as plantas que já conheciam, a partir dos dados recém-incluídos no seu dia-a-dia. Os saberes amazônicos, sistematizados em seus diversos matizes indígenas e caboclos, seringueiros, madeireiros, pescadores, colonos, garimpeiros, balateiros, regatões etc. consolidaram-se em suas práticas, destacando-se o uso dos remédios do mato como um de seus traços culturais mais marcantes (SANTOS, 2000, p.926).

O conhecimento sobre a utilização destas práticas centenárias de cura com recursos naturais mais acessíveis, neste caso, os produtos advindos da floresta, se reflete no cotidiano das populações rurais da Amazônia, que ao recorrer ao uso destes métodos naturais mantêm vivos estes saberes, mesmo que com o passar dos anos os mais novos optem pela utilização de métodos mais modernos para a manutenção da saúde. Como afirma uma moradora da comunidade:

Eu já tive todo tipo de planta pra fazer remédio, depois que adoeci... agora não tenho nada, nada. Nos que semos velhos, como diz o caso, acabou tudo nossas plantas, e essas novas não faz nada não, não plantam nadinha. Meu quintal era cheio de plantas de tudo quanto é tipo meu filho... Nem fala, até, eu tinha pariri, que serve pra anemia, eu tinha vergamorta, eu tinha catinga, ortiga... tudo quanto era coisa de planta eu tinha. Agora, procura... não acha uma. Depois que adoeci acabou tudo (Liberata Lopes).

A manutenção desses saberes, neste caso das plantas e ervas medicinais, depende do interesse dos mais novos no uso de ervas e plantas medicinais, uma vez que esse conhecimento é preterido ao conhecimento científico. Segundo Santos et al (2019), é preciso que haja colaboração para dar continuidade ao conhecimento tradicional e sobre das espécies vegetais. No entanto, é necessário que este processo seja iniciado a partir do estímulo ao compartilhamento dos saberes entre os jovens juntamente com os mais velhos da comunidade e, dessa forma, estabelecer um diálogo em relação aos seus usos.

Imagem 5 – Ervas medicinal (Amor crescido - *Portulaca pilosa*)



Fonte: Oderlan de Abreu Martins, 2021.

De acordo com Barros e Franco (2006), comunidades quilombolas possuem um enorme arsenal terapêutico de grande importância, pois desde muito tempo atrás as plantas são utilizadas como fontes de medicamentos em preparações tradicionais de cura da comunidade através de chás, xaropes, unguentos etc.

Nos estudos de Ferreira e Pereira (2017), foram catalogadas diversas plantas medicinais encontradas na comunidade quilombola de Tauerá-Açu, Abaetetuba-PA, tais como: Pariri, utilizado no combate de infecções (chá); Boldo, utilizado contra dor de barriga, problemas de estomago e problemas no fígado (chá); Sicurijú, para problemas estomagais (chá); Pião-roxo, para ferimentos, izipra (Erisipela), mau olhado e mau espírito (*In natura*); capim santo, para constipação e pressão baixa (chá). Essas plantas são comuns nas localidades da Amazônia, dessa forma os conhecimentos sobre suas propriedades terapêuticas são difundidos entre essas comunidades interligando e mesclando seus saberes acerca dessas plantas.

A utilização desses métodos fitoterápicos no tratamento de inúmeras doenças é presente em localidades próximas a comunidade de Araquembaua, no quilombo de Umarizal, desde muito tempo atrás os moradores já demonstravam habilidades em diversas atividades que eram acumulados durante o tempo por meio de suas vivências e a necessidade de ultrapassar as dificuldades que enfrentavam cotidianamente, como a falta de assistência básica de saúde, falta de farmácias e outros tipos de restrições (SOUZA, 2018).

Imagem 6 – Erva medicinal – Hortelã/Hortelanzinho – (*Mentha crispata*)



Fonte: Oderlan de Abreu Martins, 2021.

Ter inúmeras variedades de plantas medicinais em seus quintais é algo que é relatado com orgulho e vaidade, principalmente nas falas das mulheres da comunidade. Sempre solícitas para ofertar para quem esteja necessitando. Neste sentido, para além de uma necessidade ou obrigação, o plantar e cuidar torna-se algo prazeroso para estas mulheres.

Eu gosto muito de ter meu canteiro, ter toda as minhas plantas e pessoal vem sempre aqui buscar, plantar nem todo mundo quer, mas quando tão enrascado eles corre aqui e leva um galho duma, folha da outra, se morre uma planta pega na casa do outro, a gente não deixa falhar (LIBERATA LOPES).

Elas possuem conhecimento acerca de plantas e ervas medicinais bem como seu manuseio para produzir remédios caseiros, tais como chá de boldo, de unha de gato, azeite de andiroba, mel de abelha, favacão, pau pereira entre outros. Esses remédios são aprendidos na convivência diária dos habitantes dessas comunidades, cujos es saberes são sagrados e herdados dos seus antepassados (BORGES, 2016).

Como afirma um morador da comunidade:

A minha avó usava uma grande variedade de plantas, por exemplo, quando sentíamos dor de cabeça, ela murchava na brasa uma folha de mucura-caá e colocava na testa para aliviar a dor; tosse era tratada com lambedor de urtiga mansa fervida com pedaços de cebola; anemia tratada com parirí – planta que produz um chá vermelho vivo; problemas intestinais eram cuidados com esturaque; mulheres com doenças genitais como corrimentos sempre recorriam e ainda recorrem a banho feitos com casca de pau travoso (caju, barbatimão, paricá e casca de verônica)... enfim, a variedade de plantas era tão extensa quanto o número de doenças que acometiam todos nós na comunidade; tão grandes também quanto a falta de outros recursos para os cuidados com a saúde (Henrique Daniel de Jesus).

Conforme o relato observa-se a variedade de enfermidades que eram e ainda são tratados com essas plantas e ervas medicinais, do mesmo modo que evidencia a constante dificuldade acesso aos serviços básicos de saúde na comunidade. Nesta perspectiva Cavalcante (2011), afirma que na região Amazônica o acesso e acessibilidade a serviços de saúde é precário, principalmente por comunidades tradicionais como indígenas e quilombolas, indicando a dificuldade e até a impossibilidade de atendimento todos os níveis de atenção à saúde. Deste modo, essa dificuldade fomentou a utilização dessas ervas e planta medicinais, que durante muito tempo foram as principais “armas” para os enfrentamentos das doenças que acometiam essa população.

Ainda sobre este relato é importante destacar a riqueza e a importância destes saberes sobre essas plantas, apesar de não ser reconhecido como conhecimento científico, este saber é uma herança ancestral que foi essencial para a sobrevivência dessas populações e por isso precisam ser trabalhadas no sentido de não deixar que o tempo as apague das memórias dos mais velhos.

2.2. SABERES NOS MODO DE SUBSISTENCIA E NOS HABITOS ALIMENTARES

Uma tradição importante dentro das comunidades quilombolas e intimamente relacionada ao modo de sobrevivência na Amazônia é a prática da caça, é destinada para o autoconsumo das famílias que vivem nessas comunidades, e oportunamente, ocorre a comercialização entre as próprias famílias quilombolas. O termo “caça” é utilizado localmente tanto para se referir ao ato de abater animais silvestres como aves, mamíferos e reptéis que tenham utilidade na alimentação (BARROS E FIGUEIREDO, 2015).

Nas memórias dos moradores de Araquembaua em tempos passados havia abundância e maior facilidade para obtenção tanto de peixes quanto de caças e no presente, a caça se tornou difícil. Segundo relatos, a caça sem controle ocasionou o desaparecimento dos animais que serviam de alimento.

Conforme afirma dona Liberata Lopes,

Agora tem dias que a gente não come nem peixe. A gente via carne por aqui, pessoal matava uma anta, salgava e botava no sol, aquilo ficava “estilando” de tanta banha. Agora pra gente comer uma carne de caça... Aqui no Araquembaua eu acho que não tem mais bicho. Hoje não tem mais caça, meu filho. Já acabaram com a caça do mato. Eles não sabiam ir pro mato e matar só um ou dois tatus, traziam logo era cinco ou seis, aí não tem como hoje em dia ainda ter os bichos né?! (LIBERATA LOPES).

Para capturar os animais, os caçadores utilizam técnicas que foram deixadas por seus antepassados, pela dificuldade ou pela ausência de se obter objetos específicos de caça, faziam e ainda fazem o uso dos recursos dado pela própria natureza, como arapuça², mundéu³, varrida⁴ entres outros. Existem várias técnicas e estratégias que são utilizadas para

² Armadilha feita com pequenas varas de madeira utilizada para captura de pássaros silvestres.

³ Dispositivo fabricado com troncos de madeira para captura de pequenos animais.

⁴ Técnica de caça que consiste em varrer o percurso por onde os caçadores caminham fazendo com que os animais que estejam por perto não os escutem.

o abate de uma caça. Algumas dessas técnicas e estratégias podem utilizadas com mais frequência, ao passo que outras são aplicadas apenas em períodos específicos ou sob determinadas condições ambientais, considerando que sazonalidade e as mudanças de estação influenciam no modo de caça (BARROS E FIGUEIREDO, 2015).

A prática da caça está diretamente relacionada as condições econômicas dos moradores da comunidade, uma vez que com uma renda insipiente para adquirir outros produtos alimentícios tinham a caça como uma das poucas opções para conseguir o alimento diário.

Assim como afirma Henrique Daniel,

“A caça já ocupou uma importância central na nossa sobrevivência, hoje consumimos alguns animais por costumes que vêm desde tempos mais difíceis; quando criança, a caça e a pesca era praticamente a única opção pra gente conseguir uma carne, meu avô abastecia a casa para 10, 15 dias consumindo preguiça, tartarugas, tracajás, calangos e peixes; preguiças ficavam amarradas no cupuzeiro, tartarugas enormes do tamanho de bacias era a refeição... era uma caça e uma pesca muito predatórias, não tínhamos muito essa consciência e, ao mesmo tempo, não tínhamos condições financeiras para adquirir outros alimentos, então a floresta e os rios eram a dispensa. Hoje, os caçadores são uma minoria, mas ainda existem e os pescadores ainda abastecem a comunidade com uma certa quantidade de peixes, não como antes, dado que a construção da hidrelétrica de Tucuruí prejudicou muito a dinâmica dos peixes da nossa região e reduziu muito a quantidade de pescado disponível” (HENRIQUE DANIEL).

Ainda sobre os hábitos alimentares, as atividades de pesca realizadas por quilombolas ribeirinhos é um dos principais meios de subsistência, junto com a caça. Geralmente alterna-se entre um ou outro por conta das variações ambientais, tais como, o período de cheia do rio e o inverno amazônico. Segundo Doria, Lima e Freitas (2012), o pescado é um dos principais recursos explorados para a subsistência e a comercialização dessas comunidades.

Com a diminuição dos animais as caçadas tornaram-se mais esporádicas, e dessa forma a pesca figura o principal meio para adquirir alimento. Conforme diz Diegues (1999), a pesca constitui a principal fonte de proteína animal, o alimento mais abundante e importante, para algumas comunidades, e é a principal fonte de renda para os ribeirinhos que geralmente conciliam a atividade pesqueira com o cultivo nas roças, comercializando o excedente da produção agrícola. Segundo Castro (2010), a economia local é baseada em estratégias que combinam o uso de diferentes recursos (além do trabalho assalariado), o que

possibilita uma grande flexibilidade, apesar da pouca acumulação de capital em si. Além disso, cada atividade possui um padrão distinto ao longo do ano, e envolve diferentes membros da família, preenchendo funções diferenciadas na economia familiar (CASTRO, 2010).

Nas comunidades ribeirinhas geralmente é comum que os pescados capturados sejam partilhados, essa divisão ocorre até mesmo com quem não participou da pesca, isso porque na maioria das vezes, é praticada por pai, filhos e neto ou outro parente, que residem no mesmo lote de terra, em casas próximas umas das outras. Essa dinâmica permite que haja um laço de união e generosidade, características que permeiam o dia a dia do ribeirinho amazônico (PEREIRA, 2019).

A captura do camarão é uma das técnicas mais utilizadas em Araquembaua, isso porque além do camarão fazer parte da alimentação diária, também é importante fonte de renda para alguns moradores da comunidade. Para realizar a captura utilizam um artefato conhecido como matapi, o qual é produzido pelos próprios moradores que trazem esse saber herdados de gerações passadas.

A arte de tecer o Matapi ribeirinha tem um grande significado para os povos que vivem as margens dos rios que precisam criar maneiras para sobreviverem e demonstrarem através dos trançados de seus objetos um símbolo que envolvem saberes e expressões que estão presentes em seu cotidiano e diretamente relacionadas com a natureza como uma forma de necessitar dos materiais que ela oferece (CARDOSO, 2018, p. 43).

Em conversas informais alguns camaroeiros (aqueles que se dedicam principalmente a captura do camarão), informaram que atualmente a captura do camarão está cada vez mais escassa e estão tendo que se deslocarem para locais cada vez mais distantes para conseguir capturar os mariscos que tenham um tamanho aceitável para comercialização. Segundo eles, além de ser mais um efeito do barramento do rio, também é ocasionado pela captura do camarão no seu período de desova.

Imagem 7 – matapi



Fonte: Oderlan Martins, 2021.

Imagem 8 – cozimento de camarão



Fonte: Oderlan Martins, 2021.

As pesquisas sobre a pesca ribeirinha e suas técnicas tradicionais são incipientes e há poucos trabalhos disponíveis descrevendo as técnicas e instrumentos dessa prática. Sabe-se que técnicas de pesca são realizadas com matapi, caxiri, paredão, espinel, flexão com finalidades específicas para capturar espécies diferentes. Segundo Eletro-Norte apud Costa (2003), essas práticas foram influenciadas pela redução no número de espécies, resultado pelos impactos causados pela instalação da UHT (Usina Hidroelétrica de Tucuruí) no rio Tocantins.

As mudanças feitas pelo homem na natureza impactaram diretamente aqueles que dependem dela para sua sobrevivência, como é o caso dos moradores de Araquembaua. Os moradores trazem em seus relatos memórias de fartura de alimentos antes destas bruscas intervenções no rio. Os estudos de Araújo et al. (2014), os pescadores do baixo Tocantins tiveram que adaptar-se as constantes mudanças ambientais que ocorreram com o barramento do rio, alterando assim suas estratégias de pesca. O projeto hidrelétrico atingiu diretamente os recursos pesqueiros da região, atuando na dinâmica socioeconômica da população que era e ainda são dependentes da pesca. Dentre esses impactos, um dos principais foi a interrupção da rota migratória que resultou na diminuição de várias espécies, causando seu declínio (MÉRONA et al., 2010).

Embora os moradores de Araquembaua desenvolvam outras atividades para complementar sua renda, a pesca ainda é uma prática comum e é realizada por ambos os sexos. Com a pesca, além de garantir o alimento diário também conseguem comercializar o pescado dentro da comunidade fomentando a circulação do dinheiro na vila. Segundo a oralidade local, hoje em dia o pescado se tornou mais escasso, porém ainda conseguem o suficiente para a alimentação cotidiana. Essa dinâmica é comum nas diversas comunidades quilombolas ribeirinhas, nesta perspectiva, Pinto (2004), ao estudar a comunidade de Umarizal, localidade quilombola e ribeirinha da mesma região, afirma que:

A pesca artesanal é outra atividade muito usual nesse povoado, que devido a sua localização a margem do rio Tocantins, facilita essa pratica a ambos os sexos e a gente de todas as idades. Porém, há em média três pessoas que fazem da pesca sua ocupação principal, as quais além de garantir peixes para o consumo a família, também vende o excedente da pescaria a mercadinho públicos da vila, um cômodo de aproximadamente 2.50 cm x 3.20 cm. (PINTO, 2004, p. 82).

A pesca artesanal é uma prática que é ensinada através de geração para geração através da oralidade, a família transmite todo conhecimento adquiridos, os mais velhos possuem maior experiencia e com isso desenvolvem uma forte relação com o meio, através de observações da maré, ventos e fases da lua que são fatores importantes na escolha das técnicas que serão utilizadas de maneira em que a pescaria seja mais eficiente (DIEGUES, 1983, 1995; BEGOSSI, 1992; SILVANO, 1997).

Na comunidade de Araquembaua os pescadores costumam realizar a pesca no período noturno, visto que, segundo afirmaram em conversas informais, é o momento em que as espécies de peixes maiores estão ativas e podem ser capturadas mais facilmente. Com isso, é necessário que pescadores mais experientes estejam a frente instruindo quais os melhores locais, se maré está “boa”, profundidade etc. Neste sentido, Marques (1991), constatou que geralmente os pescadores de comunidades quilombolas pescam no período noturno e usam iscas vivas quando a atividade é realizada em locais mais profundos.

De acordo com Noda apud Chaves e Lira (2016), a pesca tem grande representatividade, porque o peixe é a principal fonte proteína das famílias ribeirinhas. As atividades de pesca são intensas, sendo realizadas em lagos, igapós, igarapés e rios, tendo como meio de transporte, normalmente, o casco (canoa) movido a remo ou motor de rabeta. Ainda segundo a autora, a pesca é realizada tanto na cheia quanto na vazante dos rios.

As técnicas de pesca utilizadas ainda seguem os métodos tradicionais, aprendidos com seus pais e avós, são conhecimentos centenários que atravessam o tempo e continuam vivos nas gerações mais novas. Os saberes culturais sobre a pesca passados de geração para geração, inclui a identificação da vazante da água, detecção dos cardumes, escolha dos locais de pesca, as condições de acesso a esses locais, esses saberes norteiam o uso do território nas diferentes estações do ano (FURTADO, 1993 apud LIMA; DORIA; FREITAS, 2012).

Imagem 8 – Rede de pesca



Fonte: Oderlan de Abreu Martins, 2021.

Outro importante elemento na subsistência da comunidade é a mandioca, item básico no sistema de produção rural da Amazônia, seja em regiões de terra firme ou de várzeas, justamente por uma dupla finalidade, a comercialização e a subsistência. Para transformar a mandioca em farinha e em outros subprodutos o pequeno produtor utiliza diversos processos que são inteiramente manuais (NODA, et al., 2001).

Para o plantio e a colheita da mandioca são necessárias diversas técnicas e saberes, esses conhecimentos são repassados pelas gerações mais velhas aos mais novos, embora

atualmente tenha havido uma diminuição na produção da farinha em Araquembaua, ela continua sendo o principal produto produzido pelos moradores da comunidade. Em seu relato o senhor Deonicio Lopes afirma que hoje em dia as pessoas ainda costumam fazer seus roçados, realizar o plantio da mandioca, mas que está diminuindo cada vez mais visto que os mais novos não querem exercer trabalhos braçais ou como ele mesmo se refere “sujar as mãos”, e com isso a produção de farinha dentro da comunidade não está suprimindo suas necessidades tendo que recorrer a compra de farinha de outras comunidades vizinhas.

A produção de farinha de mandioca também faz parte do cotidiano dos moradores da comunidade, a farinha é um dos alimentos mais expressivos na alimentação das famílias. O plantio de mandioca é feito nas pequenas propriedades, a farinha do mesmo modo que o pescado também garante alimento e fonte de renda, sendo que muitas famílias têm como principal fonte de renda a produção e venda da farinha e dos demais subprodutos da mandioca. A comercialização é realizada dentro da comunidade e nas outras vilas ao redor. No passado não muito distante, a farinha era utilizada como moeda de troca para adquirir outros alimentos, conforme o relato a seguir:

Aquele tempo nos vivia so da farinha né?! Ainda vivia agradando o povo pra comprar uma farinha da gente, a gente não tinha dinheiro né?! Era mais a troco mesmo... Antigamente a farinha não tinha esse valor, pra gente vender a valor era obrigado a gente ta pedindo, compra de mim que eu quero compra tal coisa, era só a troco meu filho! (ONEIDE DE PAULA).

Com base nos relatos de dona Oneide é possível compreender o quanto os moradores da comunidade sofriam para conseguir sobreviver diante de um cenário de forte vulnerabilidade social, situação que esteve presente em todos os relatos dos entrevistados. Ainda na fala da moradora, a diminuição da produção de farinha ocorreu devido ao acesso a programas sociais que possibilitaram uma renda extra as famílias da comunidade, que puderam adquirir outros produtos sem a necessidade da troca e assim a produção passou a ser principalmente voltado para o consumo dessas famílias.

Mudanças e transformações são comuns com passar do tempo, comunidades tradicionais não ficam a parte deste fenômeno, que vale ressaltar, é algo inevitável uma vez que nenhum povo fica estático no tempo. A ideia de que estas populações estão paradas no tempo é equivocada e demonstra a falta de conhecimento sobre essas comunidades. Essas populações ressignificam suas práticas culturais, seus hábitos alimentares bem como seus costumes, a cada nova geração há uma renovação nesses aspectos e isso faz com que novas

práticas emergjam e que as antigas sejam modificadas de modo que atendam aos interesses dessas novas gerações fazendo que a cultura dessa população resista aos processos de modernização para que possam continuar existindo. De acordo com Farias e Gonçalves (2016), todas as atividades cotidianas das comunidades são diretamente influenciadas pelos acontecimentos que ocorrem não somente a nível do país, mas também pelo que ocorre no mundo todo. Neste sentido, o estilo de vida assim como os hábitos de determinada região é constantemente influenciado por um comportamento moderno e globalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O estudo sistemático da realidade que nos cerca é sempre um desafio, ainda mais quando materializado na produção de um TCC, pois a ele se somam a ansiedade e preocupação em atender os requisitos que coroam a formação universitária com a conquista final do sonhado diploma.

Para lidar com esses fatores foi muito importante escolher um tema em que eu estivesse familiarizado, do qual fizesse parte e pudesse ter o máximo de interesse e empenho em me dedicar a pesquisa. Inicialmente na formulação do projeto tudo parece que vai se encaixar e o tempo será hábil para empreender os estudos, coletar e analisar os dados; entretanto, no decorrer desta pesquisa ocorreu a Pandemia, um evento tão radical e modificador da nossa realidade que por inúmeras vezes achei impossível coletar os dados e pensei em desistir, dadas as restrições impostas pelo distanciamento social tão importante hoje em dia, ainda mais quando se fala na possibilidade de entrar em contato com idosos vulneráveis.

Assim, a vacinação foi muito importante para que pudesse acessar a comunidade, junto com as demais medidas de proteção como o uso de máscara durante as entrevistas, fazendo sempre em espaço ventilado, tomando cuidado com o contato físico e o evitando, para que a coleta das ocorresse da forma mais segura possível. E foi maravilhoso não desistir deste projeto e seguir com sua conclusão.

Com ele pronto, pode-se apreender que as comunidades quilombolas estão em processo dinâmico de transformações, não são povos do interior isolados, desconectados dos movimentos globais de transformação social, econômica e política. Mas estão em constante processo de absorção de modo de vida, tecnologias e novos saberes, num cenário onde coexiste a resistência dos traços culturais repassados de geração em geração com os avanços e ora retrocessos das transformações globais.

Neste sentido, é preciso ter atenção e estudar cada vez mais a cultura, a sociedade quilombola no sentido de fortalecer os traços e modos de vida que merecem ser preservados, registrar ao máximo tudo aquilo que tem resistido através dos séculos, os saberes, a cultura e as tradições quilombolas.

Este trabalho estudou as tradições e transformações culturais da comunidade de Araquembaua bem como o modo de vida dos moradores com seus saberes tradicionais que

são repassados através das gerações. Para isso foi feito um diálogo com outros estudos pertinentes a esta temática que contribuíram para fomentar e alcançar os objetivos propostos. Dessa forma, ao analisar aspectos culturais como a festividade da padroeira da comunidade, a utilização de ervas e plantas medicinais foi possível compreender que as transformações ou mesmo o desaparecimento de algumas práticas, é um processo complexo que está diretamente as novas gerações que cada vez mais estão buscando caminhos diferentes dos seus familiares, vale ressaltar que isso não os torna menos pertencentes aquela comunidade.

Também se estudou o modo de subsistência da referida comunidade, abordando os meios e métodos de obter alimento, como a caça e a pesca assim como a produção de farinha de mandioca, que com o passar do tempo tiveram uma diminuição devido a algumas melhorias no modo de vida, mas que ainda são presentes no dia a dia dos moradores.

Ao final da pesquisa conclui que, as práticas e saberes tradicionais da comunidade foram se modificando e se adequando as necessidades das gerações que emergem, e que os mais velhos, guardiões desses saberes, continuam repassando esse saber para as gerações mais novas, mesmo que elas não tenham o mesmo interesse de outrora ou que almejem outros planos, como sair da comunidade em busca de melhores condições de vida.

Quando iniciei o curso de história achava que iria aprender sobre aqueles mesmo assuntos que estudei durante o ensino fundamental e médio, porém fui surpreendido quando vi que iríamos estudar assuntos ao qual fazíamos parte, principalmente nas disciplinas de Amazônia, onde víamos que nossos ancestrais fizeram parte da história não só aqueles que a história eurocentrista havia contado. Através do contato com esses temas o interesse em desenvolver uma pesquisa voltada para coisas do nosso povo foram sendo fomentadas e de certa forma, influenciadas pelos professores da faculdade, em especial a prof. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto, que trazia nas suas disciplinas a importância e a força dos nossos ancestrais, que através de muita luta e resistência sobrevivem e resistem.

Como principiante no campo da pesquisa inicialmente tive dificuldades, mas que através da prática da escrita que obtive através dos trabalhos feitos durante o curso, assim como, as importantes instruções e orientações da minha orientadores foram superadas resultando na produção desta pesquisa. Esse momento também foi essencial pois pude ver que é possível sim conciliar as demais tarefas do dia a dia com a pesquisa e que se soubermos organizar nosso tempo podemos dar conta de tudo.

Através do diálogo com os entrevistados que colaboraram com esta pesquisa pude ver como os saberes tradicionais da comunidade são repassados e como eles se

ressignificaram através do tempo, uma que vez que anteriormente a pesquisa tinha a ideia de que algumas práticas simplesmente deixavam de existir, e posteriormente a pesquisa conseguiu compreender que as essas mudanças ocorrem devido ao surgimento de novas gerações que integram novas práticas a essa comunidade fazendo com que sua cultura esteja em constante mudança.

Com a pandemia do COVID – 19 houveram uma série de mudanças no mundo todo, o medo de contaminação e a incerteza de um imunizante fizeram com que o início da pesquisa tivesse que ser adiado, principalmente por causa do público alvo que eram as pessoas mais idosas da comunidade, embora já tenham acesso a internet na comunidade esses colaboradores que seriam entrevistados não possuem acesso aos meio de comunicação mais modernos como smartphones e telefones celulares, o que tornou inviável realizar a pesquisa naquele cenário. Passados alguns meses, após a imunização e com a autorização tanto dos familiares, quanto dos representantes da comunidade pude finalmente ir a campo coletar as entrevistas para dar prosseguimento a pesquisa.

Por meio deste estudo das práticas culturais, vivências e saberes tradicionais da comunidade de Araquembaua foi possível compreender a importância de trabalhar esses assuntos que permeiam nosso cotidiano enquanto ribeirinhos amazônidos, e visando atuação profissional, poder levar este estudo para dentro das salas de aula e ter a possibilidade de trabalhar com os alunos uma literatura a qual eles estão inseridos como protagonistas que reinventam e se adaptam as mudanças sociais e culturais e não como seres que ficam estagnados no tempo como foram retratados por muito tempo, será de fundamental importância enquanto futuro professor.

FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA:

a) FONTES ORAIS:

Deunício Lopes do Espírito Santo – entrevistado. 01/06/2021. Araquembaua – Baião/PA.

Henrique Daniel Chaves de Jesus 01/06/2021. Araquembaua – Baião/PA

Idalina Chaves de Correia – entrevistada. 01/06/2021. Araquembaua – Baião/PA.

Maria Neuza Lopes Gonçalves – entrevistada. 01/06/2021. Araquembaua – Baião/PA.

Liberata Lopes da Trindade – entrevistada. 01/06/2021. Araquembaua – Baião/PA.

Oneide de Paula dos Reis – entrevistada. 01/06/2021. Araquembaua – Baião/PA

c) FONTES IMAGÉTICAS:

Mapa da região do Baixo Tocantins. Fonte: IBGE, 2015.

Imagens do acervo pessoal de Henrique Daniel de Jesus

Imagens do acervo pessoal de Oderlan de Abreu Martins

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII”, Revista Arrabaldes, ano 1. nº 2 (set-dez. 1988), pp. 101-117.

ALVES, Maria Cristina de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. Anais eletrônicos da IV semana de História do Pontal/ III Encontro de Ensino de História. Pontal. 2016.

AMOROZO, M. C. M. et al. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (Org.). Plantas medicinais: Arte e Ciência, um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 47-68.

ARAÚJO, M. V. L. F.; CINTRA, I. H. A.; FERREIRA, I. L. S.; KLAUTAU, A. G. C. M., BRABO, M. F.; SILVA, K. C. A. Frequência de ocorrência e sazonalidade de camarões em águas estuarinas de Salinópolis, estado do Pará, Brasil. Boletim Técnico-Científico do Cepnor, v. 9, n. 1, p. 101-113, 2009.

BORGES, Lediane da Silva. **Educação Ambiental e Cultura Quilombola**: uma análise dos saberes ambientais na comunidade quilombola de Bailique Baião-PA. UFPA, 2016.

BRASIL – Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Comunidades Quilombolas**. 2015. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas>>. Acesso em 02 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto 4887/03 | Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Presidência da República, 2003. Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98186/decreto-4887-03>>. Acesso em 02 ago, 2021.

CARDOSO, M. C. S. **Tecendo o matapi: uma arte de fazer no rio campopema**. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de educação no Campo. Universidade Federal do Pará. Abaetetuba, p. 41. 2018.

CHOPRA, D.; SIMON, D. O guia Deepak Chopra de ervas: 40 receitas naturais para uma saúde perfeita. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COSTA, J. P. A. **Gênero, saberes e poder**: o protagonismo de mulheres negras na organização política e social da comunidade remanescente de quilombos são José de Icatu – mocajuba/pá. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura), Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

TECCRANI, G. D. **Terra de quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretária Executiva de Justiça, 2006. Disponível em:<<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>>. Acesso em:26 jul. 2021.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.